

ÉTICA, MORAL, CIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Reinéro Antônio Lérias*

“(…) em vez de caminhar em direção à uniformidade a evolução da humanidade acentuará os contrastes criando o novo e restabelecendo o reino da adversidade. Romper hábitos milenares, essa é talvez a lição de sabedoria que um dia haveremos de aprender das vacas loucas”.

(LEVI-STRAUSS. Apud. DUPAS, 2006. p. 203)

RESUMO

No artigo que ora se apresenta tenciona-se focar, “en passant”, quatro temáticas presentes na sociedade de uma maneira geral, tão complexas quanto contraditórias: a ética, a moral, a ciência e os direitos humanos. Outrossim, mesmo que elas sejam abordadas objetivando detectar as especificidades dos campos de conhecimento que as compõem; tenciona-se demonstrar que eles só adquirem sentido quando inseridos no contexto econômico-sócio-político-cultural, no qual foram engendrados e personificados. Vale dizer, não se nega a necessidade da produção de conhecimento em cada área específica que compõe as ditas ciências humanas e naturais. No entanto, é preciso para compreendê-los em dimensão, utilizar como instrumento de análise daquilo que se convencionou denominar interdisciplinaridade; ou seja, horizontalizar a produção de conhecimento verticalizada dada a especificidade de cada área que compõe as ciências.

PALAVRAS-CHAVE

ÉTICA, MORAL, CIÊNCIA, DIREITOS HUMANOS, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS.

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da FUNDINOPI (UENP). Professor dos cursos de graduação em Direito e em História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

ABSTRACT

This article intends to focus, "en passant", four thematics present in the society in a general manner, as complicated as contradicting: the human ethics, the morals, the science and human rights. Moreover, even if that they are tackled ex objectifying to detect the especifics qualities of the fields' knowledge that compose them; it intends to demonstrate that they only acquire sense when they are inserted in the economic sociological politician and cultural context, in which they had been engendered and personified That is to say, it doesn't reject the necessity of the production of knowledge in each specific area that composes said human and natural sciences. However, it is necessary to understand them in dimension, to use as an instrument of analysis of that was stipulated to be called that is in common with other subjects; or rather, to equalize the knowledge's production verticalized given to the especifics qualities of each area that composes the sciences.

KEYWORDS

ETHICS,; MORALS: SCIENCE; HUMAN RIGHTS; KNOWLEDGE'S PRODUCTION.

INTRODUÇÃO

O extrato acima proferido por um dos maiores antropólogos vivos, Claude Levi-Straus, torna-se alvissareiro porquanto a espécie humana parece ter libertado tudo, ou quase tudo do que havia de mal na Caixa de Pandora, deixando para o “final” apenas a esperança. Palavra tão emblemática quanto apocalíptica.

De forma indelével, suas palavras atingem as bases sobre as quais assentam o conhecimento humano, tanto do ponto de vista ético e moral, grosso modo, valores e regras de conduta, como do ponto de vista da ciência, visto que a chamada doença das vacas loucas encefalopatia espongiforme bovina, demonstra cabalmente que o paradigma sobre o qual alicerçou-se por século a biologia foi posto em xeque, além de se fazer repensar não só os direitos humanos, mas sobretudo, as relações do homem com os seus semelhantes e com as espécies que compõem a natureza.

1. DA ÉTICA E DA MORAL

Existe uma indagação milenar que perpassou o tempo e chegou aos dias coevos: o que se pode entender por ética e moral e, se realmente existe uma total diferenciação

entre ambos os termos, quer do ponto de vista etimológico, quer do ponto de vista da práxis. A idade de tal indagação aponta para a cautela que deve ser tomada, visto que, qualquer resposta dada diante dela corre o risco da presunção pois tanto a ética quanto a moral são decorrentes de um dado momento histórico em uma dada cultura. Vale dizer, estes valores e estas regras de conduta correspondem a dados anseios específicos de cada época histórica: Na idade média, o clero e a nobreza cultuavam a fé, o ascetismo e os ideais de glória e honra, com eles acreditavam ter acesso ao paraíso; na modernidade estas crenças são substituídas por outras, personificadas no lucro das transações comerciais.

Diante do exposto, há que se ter claro que tanto os valores como as normas de conduta moldam de alguma forma as ações humanas. Ressalte-se, portanto, que as formas de poder engendradas pela história se apropriaram disso em busca, a qualquer custo, de legitimar a submissão da maioria à uma minoria, quer em nome das realizações, quer em nome dos sistemas políticos, quer em nome do que quer que seja. Em outras palavras, os homens nascem, vivem e morrem sob uma cultura de legitimação de formas de poder de um dado grupo social sobre outro. Nas sociedades greco-romana, onde a escravidão era legítima, o filho de um escravo era criado desde os primeiros dias de vida sob o da inevitabilidade de sua posição de submissão; com o intuito de jamais pensar em romper com os “*modus vivendi*”, no qual fora criado. Outrossim, o mesmo acontecia com o servo de gleba, ou vilão, no feudalismo, porquanto era educado para ser subalterno a uma ordem social ditada e legitimada pela religião, que lhe prometia trocar as misérias do tempo mundano pelas maravilhas do tempo eterno do paraíso. Igualmente, o mesmo se deu e se dá com o assalariado contemporâneo, que busca de um lado, manter um emprego, mesmo que sob condições aviltantes, de outro luta, sem cessar por melhores condições de vida.

Mesmo no mundo coevo, o proletário é condicionado a não contestar o poder do capital. (COMPARATO, 2006. p. 27). Não obstante, ser comum ouvir que o proletário é coisa do passado. Entretanto, mister se faz, atentar-se para o sentido etimológico da palavra: aquele que não tem senão a oferecer àqueles que monopolizam a produção da riqueza os filhos, daí proles, como força de trabalho. Os seus corpos são a única mercadoria vendável no mercado, sejam eles de crianças ou de mulheres. (EAGLETON, 2005. p. 71). A globalização ao contrário do que muitos pensam, veio alimentar a proliferação das proles da miséria.

Entretanto, duas indagações nascem como que naturalmente: qual ou quais *leitmotivs*, alimentam estes paradigmas de valores e de regras de comportamento; qual, ou quais razões, levam a rompê-los?

Conquanto se corra o perigo dos anacronismos, na medida em que a ética e a moral respondem a condicionantes de cada momento histórico, impossíveis de ser detectados de maneira segura e incontestada, um deles pode ser discutido.

Consoante a hipótese de Nelson Levy em trabalho recente, “(...) a continuidade de cada tempo histórico transcorre sob a ilusão da infinitude: cada época resiste à mudança enquanto os seus valores fundamentais estiverem sendo avaliados como os melhores para o grupo e até para a humanidade”. (2004, p. 57). Todavia, esta mesma ilusão da infinitude destes valores e normas, acaba por dar lugar aos desejos de mudança, na medida em que são açodados por descrenças de toda ordem. Se não como se explicaria as mudanças aludidas? Conquanto não se processem um total rompimento com a ordem anterior: pois a exploração do escravo persiste no servo, e a dele no proletário. Mas é certo, outrossim, que um paradigma cultural acaba com o tempo entrando em crise e com ela criando condições para a sua transcendência.

2. DA CIÊNCIA

Repetidas vezes é possível se deparar com esta pergunta: se os gregos já conheciam o princípio prático da turbina desde Péricles, século VI-V- a.C.. por que a sociedade humana teve de esperar mais de 2.000 anos para que fosse inventada a máquina de vapor quando da Revolução Industrial, século XVIII?

Alguns historiadores atribuem a isso o fato de os gregos não se importarem com a tecnologia posto que viviam sob uma cultura cujo trabalho era escravo e, portanto, toda forma de ocupação que fizesse uso das mãos e do corpo era vista com desprezo daí a palavra *banausia*, ou seja, aversão ao trabalho manual, algo banal. Contudo, essa consideração não se sustenta por si só, pois é necessário contextualizá-la no lodo da cultura. Em síntese, toda forma de conhecimento, considerado científico, ou não, para ser compreendido depende do contexto sócio-cultural do qual faz parte.

Durante três séculos, ou um pouco mais, alguns ramos do conhecimento científico conheceram a glória, talvez nem tanto por desvendar os enigmas da natureza, mas porque passaram a ser os novos inquisidores em nome da razão que substituía Deus. Um dos grandes expoentes neste sentido foi o controvertido gênio da física Isaac

Newton (século XVIII), nem sempre escrupuloso para com a obtenção de dados que viessem corroborar com as suas hipóteses (WHITE, 2003, p. 40. *passim*).

Isaac Newton foi o grande construtor do paradigma da física moderna com a sua mecânica e a gravitação; teorias que perpassaram o tempo chegando aos dias de hoje, em que pesem suas reduções e seus limites diante da mecânica quântica e da teoria da relatividade. (ROSA, 2005. p. 53)

Suas pesquisas e teorias, bem como as apropriações por parte do “*status quo*” de então, acabaram por aprofundar o fosso existente entre as chamadas ciências naturais e as humanidades. Neste extrato de autoria de Newton, dá para se ter uma noção da dimensão deste o fosso.

O mundo natural inteiro, que consiste nos céus e na terra, significa o mundo político inteiro que consiste nos tronos e no povo (...) Os céus com o que há neles significam os tronos e as dignidades e aqueles que os gozam; a terra com o que há nela gente inferior, e as partes mais da terra, chamadas *hades* ou inferno, a mais baixa porção do povo. (NEWTON, Apud. FONTANA, 1998. p. 55).

É indiscutível diante deste documento que aqueles que se dedicaram às chamadas ciências naturais não se consideravam habitar o mesmo plano daqueles que integravam as humanidades. Esta concepção do conhecimento, bem como a sua aplicação fizeram escolas, permanecendo até os dias coevos. Contudo, já nem tanto como as mesmas pretensões de verdades absolutas como outrora.

Hoje, o novo paradigma do conhecimento contesta os saberes sagrados tanto da física quanto da matemática; pois nem tudo é tão exato assim:

(...) o princípio criador reside na matemática, a sua certeza é absoluta, enquanto se trata de matemática abstrata, mas diminui na razão direta de sua concretização (...) as teses matemáticas não são certas quando relacionadas com a realidade e enquanto certos não se relacionam com a realidade. (EINSTEIN, apud, LOPES JR. In: GAUER, 2004 p. 158).

Nos dias que correm as certezas estão sendo substituídas pelas probabilidades, porquanto estas deixaram de ser entendidas como mera ignorância do sujeito cognoscente. (CASANOVA, 2006. p. 32)

Talvez o maior exemplo desta mudança de paradigma: da certeza absoluta das ciências naturais para a probabilidade resida no fato de que o dito conhecimento científico é relativamente novo na cultura humana, mas já demonstrou um lado, que a maioria dos cientistas não esperava ser tão monstruoso quanto a sua apropriação e

utilização, a ponto de por em xeque a vida do planeta. O ecocídio instalou-se em nome do progresso da ciência.

Um dos grandes exemplos neste sentido que demonstra a probabilidade do conhecimento do homem e não a certeza absoluta da ciência, no tocante à sua relação com a natureza é citado na epígrafe deste artigo: a doença das vacas loucas.

Nos anos 80 a sociedade inglesa tomou conhecimento de uma nova e terrível doença que assolou o rebanho daquele país. Seu nome científico é encefalopatia espongiforme bovina (EEB), que ao contaminar o animal tornava-o totalmente descontrolado em seu comportamento, matando-o em seguida.

A atitude do governo inglês diante disso, foi assegurar à sociedade que a doença não podia ser transmitida para os seres humanos. Contudo, os acontecimentos subsequentes acabaram por desmentir “*in totum*” os pronunciamentos do governo, visto que em 1995 ficou comprovados óbitos de pessoas causadas pela encefalopatia espongiforme bovina.

Deve-se ter claro que os pronunciamentos das autoridades foram feitas com o intuito de amenizar os alarmistas sobre os perigos e a dimensão da doença. Todavia, aliados a um total desconhecimento da endemia. Há que se ressaltar, outrossim, não só por parte das autoridades, obviamente; mas da própria comunidade científica britânica.

Destarte, após um período de pesquisas descobriu-se uma das causas da EEB. Dado que o gado confinado se alimentava com ração composta por ingredientes de origem animal: ossos e carne de ovinos e bovinos infectados, a doença começou alastrar-se.

De início imaginou-se ser um novo tipo de ‘*scrapie*’, doença que atacava os carneiros e já era há muito tempo conhecida pelos cientistas e que até os anos 80 nunca havia acontecido óbito humano. Contudo, a comunidade científica constatou que a nova doença era diferente da ‘*scrapie*’, pois ao acometer o ser humano era letal.

No entanto, mesmo sendo diferente da ‘*scrapie*’ havia entre ela e a encefalopatia espongiforme bovina (EEB) um elo de ligação, qual seja, diferentemente das demais doenças que são causadas e transmitidas por vírus ou bactérias, ambas o são por uma proteína chamada príon.

A descoberta da príon deu-se por volta do ano de 1983 graças às pesquisas de um biólogo chamado Stanley Prusiner. Contudo, por se tratar na verdade de uma proteína encontrada no sistema nervoso dos animais, tal descoberta não foi levada à sério pela comunidade científica inglesa; na medida em que punha sob suspeita o

secular paradigma das ciências biológicas, que assegurava ser as doenças transmitidas contraídas e transmitidas por vírus e bactérias. Esquecia a comunidade de cientistas do milenar aforismo aristotélico: o conhecimento caminha da luz para as trevas; do conhecido para o desconhecido.

Descobriu-se, portanto, que se uma quantidade insignificante da prion penetrar, via corrente sanguínea, no sistema nervoso do animal, engendrará um processo de mutação em todas as proteínas normais como se fosse um efeito dominó, deformando as células nervosas que contém a prion, fazendo com que a infecção decorrente dela atinja o cérebro do animal infectado fazendo-o parar de funcionar paulatinamente e, por conseguinte, causando-lhe a morte. (LEE, 2006. p. 43)

Até hoje a comunidade científica desconhece a verdadeira dimensão de uma epidemia provocada pela doença das vacas loucas entre os humanos, visto que, de um lado, nem sempre as medidas de prevenção já adotadas são seguidas quer pelos criadores, quer pelos açougueiros; de outro, porquanto também não se sabe do período de incubação da doença.

O exemplo citado no pequeno extrato por Claude Levi-Straus, permite um link entre a ética, a moral e a ciência no que se refere a ingerência do homem sobre a natureza.

A doença das vacas loucas foi indubitavelmente decorrente da tentativa humana de transformar animais herbívoros em carnívoros. Como se a prática do canibalismo assaz conhecida pelo homem, que faz uso dela há milênios, fosse normal. Comportamento este que, indelevelmente, justifica e personifica as palavras que se seguem:

Nada, realmente – nem as grandes feras, nem os micróbios -, poderia ser mais terrível para o homem do que uma espécie inteligente, carnívora, cruel capaz de compreender e frustrar a inteligência humana e cuja a finalidade fosse precisamente a destruição do homem. Essa espécie evidentemente é a nossa. (Jean Paul Satre. Apud. SAINT-SERNIN, 1998. p. 140).

Diante do exemplo dado aflora miríade de indagações sobre a produção do conhecimento e a sua utilização. Mas uma pergunta corta como navalha todo o corpo da ciência, parafraseando Elias Canetti (1983. p. 317). A ciência e a tecnologia estão a serviço de quem? Do homem ou do poder exercido sobre ele de maneira ubíqua pelo capital? Inquestionavelmente, a tecnociência e o poder andam juntos. Talvez não exista exemplo maior de fundamentalismo.

Há que se repensar, urgentemente, o fato de o saber científico ser o único a produzir conhecimento. Mesmo que seja o mais sistematizado, ele necessita dialogar com outras formas de saberes. Vale dizer o conhecimento científico é engendrado por milhares de outros saberes; por isso também passível de erros colossais. Veja-se dois exemplos no tocante à intervenção do homem na realidade vivida.

O primeiro deles demonstrou que foi por intermédio da ciência que se tornou possível a chegada do homem à Lua em 1969.

O segundo, é que todo este conhecimento de nada adiantou para manter a biodiversidade. Sabe-se hoje, que a maior parte da biodiversidade é mantida por comunidades que desconhecem completamente os meandros da ciência. (SANTOS, 2007. p. 33). Nada mais corrobora com o que foi dito do que esta passagem emblemática proferida em um tom apocalíptico:

(...) Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs. O urso, o gamo, a grande águia, são nossos irmãos.(...), o corpo do pônei e o homem todos pertencem a mesma família. A água brilhante que se escoia nos ribeiros e nos rios não é somente água, mas o sangue dos nossos ancestrais. (...) O que acontece à terra acontece aos filhos da terra. (...). A terra não pertence ao homem. O homem pertence à terra. Todas as coisas estão ligadas, como o sangue, que nos une a todos. O homem criou a teia da vida; nela ele é apenas um fio. O que ele faz para a teia, fa-lo para si mesmo. (Cacique Seatte – 1865. Apud. FIGUEIREDO, 2002. p. 275).

Felizmente, conquanto muito recentemente, alguns cientistas e pensadores de todos os matizes, atentaram-se, mesmo que de forma incipiente, para a questão do ecocídio.

Nos anos setenta uma palavra começou a fazer parte do vocabulário que permeava o chamado conhecimento científico, especismo. Este termo foi criado em Oxford por um grupo de cientistas liderados por Richard Ryder, com o intuito de se rediscutir os valores e suas justificativas que determinaram a superioridade do homem, ser considerado racional e autoconsciente diante daqueles que são vistos como seres irracionais e sencientes, porquanto sentem dor.

A luta contra o especismo nascido há milênios, conforme o demonstra esta passagem do gênesis: Toda coisa viva será alimentada para ti. (...) Inspirará medo e terror em todas as bestas da Terra. (...) Elas serão entregue em tuas mãos. (...) Domina a Terra e subjuga-a. (Apud. BURKE: ORNSTEIN, 1998. p. 121), começa a ganhar força e adeptos, pondo em xeque os paradigmas milenares que vem sustentando o discurso

que procura legitimar a superioridade do homem sobre as demais espécies que compõem a natureza. Como atestam os recentes estudos de pensadores renomados DIAMOND, 2005, FERNANDEZ – ARMESTO, 2007, GRAY, 2005; SINGER 2002; WAAL; 2007.

Portanto o binômio racionalismo-irracionalismo é posto em questão, de maneira cabal. Os exemplos são inúmeros, mas alguns são indelévels.

O secular aforismo “*homo homini lupus*”, o homem é lobo do próprio homem, criado pelo poeta latino Plauto (254-184 a.C.), imortalizado por Thomas Hobbes, autor do clássico em política *Leviatã*, carece de fundamentos, pois ao que se sabe, o lobo, assim como a maioria dos chamados “animais irracionais”, não ataca os membros da própria espécie, não pratica genocídio e muito menos colocou em xeque a existência da natureza; pois o ecocídio relatado na teoria de Gaia de James Lovelock, são feitos deste ser que se autoproclama racional e autoconsciente; muito embora não se dê conta que é um desvio da natureza, inteiramente acidental, e que ela é completamente indiferente à sua cultura. (GRAY, 2005. p. 47).

É no mínimo curioso salientar que a busca ideológica de sedimentar a pretensa superioridade do “racional” sobre o irracional, não conhece limites atingindo todos os planos da cultura produzida pelo homem, quer para justificar a escravidão animal como força matriz de tração; quer para atacar membros da própria espécie detentores de um poder maior. Haja vista, o expediente milenar das fábulas nascidas no Ocidente, ao que se sabe, na Grécia no século VI a.C., cujo o grande expoente foi Esopo, praticada, outrossim, em Roma por Pedro (século I d.C.), chegando ao ápice no neoclassicismo com La Fontaine. (1621-1695).

Dentre elas, talvez a mais conhecida seja a do lobo e o cordeiro. É impressionante a capacidade humana de transformar aquilo que não conhece, mas lhe interessa, no bem e no mal.

Assim, o lobo ao personificar a maldade, criada, indubitavelmente, pelo homem, e transferida para o animal, transforma-se em um monstro; conquanto se saiba que está extinto em várias regiões do planeta e correndo o risco de extinção em vários outros; na medida em que ousou enfrentar a racionalidade, não se deixando, facilmente, ser domesticado. Enquanto o cordeiro representa o bem, pois é considerado um ser dócil e facilmente domesticado, para servir ao homem como fonte de calor e alimento. Nem sempre apenas isso como ficou demonstrado com a doença das vacas loucas.

Entretanto, o especismo não se circunscreve apenas ao universo dos seres sencientes e irracionais, pois ele estende-se, também ao mundo racional e auto-consciente, transmitido com outras denominações: sexismo e racismo. E sobre isso que irá tratar terceira e última parte deste artigo, os direitos humanos:

3. DOS DIREITOS HUMANOS

a) sexismo

Dentre todos os animais não havia nenhum que pudesse ser para Adão um interlocutor adequado. Então Deus cria Eva a partir do lado de Adão. Comumente se fala de forma errônea que Deus criou Eva da costela de Adão. Em hebraico se usa a palavra zela que significa propriamente lado e não costela. É uma metáfora para significar que Eva foi tirada não da cabeça de Adão, para ser sua senhora. Nem dos pés para ser sua escrava. Mas de seu lado, do lado do coração, para ser sua companheira. (Apud. BOFF, 1998. p. 39-40).

Inquestionavelmente, se se permanecer restrito às palavras deste extrato bíblico, elas, aparentemente, concedem à mulher o mesmo plano ocupado pelo homem. Todavia, quando se depara com o décimo mandamento do decálogo, nota-se um paradoxo sem paralelos: “Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem a sua casa, nem o seu campo, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença”. (Apud. DURAND, s/d. p. 222)

Depreende-se do décimo mandamento, sem grandes ilações que a mulher tornava-se um dos bens que compunham a propriedade do homem, em total contraste com o Gênesis.

Claro está que a vertente sexista do especismo não pode ser restrita apenas aos devaneios teológicos, pois ela, quer se queira ou não permeou e permeia, a cultura humana como um todo. Veja-se as observações que se seguem.

A primeira delas, talvez uma das mais emblemáticas que se conhece é que as raízes dos nomes, em termos de gênero humano, sobretudo nas línguas ocidentais, prepondera o gênero masculino: *anthiropos*, *homo*, *l’homme*, *el hombre*, *l’ uomo*, *chevoleck*, *der mesch*, *man*, *homem*. (TARNAS, 1999. p. 468)

O mesmo ocorrendo, outrossim, com os considerados grandes expoentes da cultura ocidental: Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Lutero, Copérnico, Galileu, Bacon, Descartes, Newton, Darullon, Marx, Nietzsche, Freud, dentre outros. Parece que a espécie é hermafrodita.

Uma outra, refere-se à posição da mulher em uma cultura que serviu de gênese para a sociedade ocidental; isto é, a grega. Os considerados pais da democracia assim se

posicionaram diante do nascimento de uma filha, nas palavras do poeta Posidipo (século III a.C.): “Todos, mesmo os pobres, criam um filho varão; uma filha, mesmo que sejam ricos, expõem-na”. (Apud. VERNANT, 1994.p. 78).

Exposição significava que a menina recém-nascida era abandonada dentro de uma espécie de vaso à beira de uma estrada; a qual se não fosse morta ou devorada por algum animal, acabara sendo recolhida por traficantes de escravos, que, muito embora fosse proibido por lei, a criava para se tornar prostituta.

Não foram apenas os gregos que expunham crianças, sobretudo as meninas. Os romanos também o faziam, comumente. Quando do nascimento de uma criança, competia ao pai aceitá-la ou rejeitá-la. Havia todo um ritual a ser cumprido. O rebento, menino ou menina, era colocado no chão para que o pai o pegasse e o erigisse em direção dos presentes. Caso não o fizesse, ele o estava rejeitando por qualquer motivo. Então a criança era levada para ser exposta em um monturo público e teria a mesma sorte que a criança grega. Certamente, a maioria pertencia ao gênero feminino; pois a posição da mulher em Roma em nada diferia daquela da mulher grega. Outrossim, o pai romano tinha direito de vida e de morte sobre os filhos bem como poderia vendê-los: I- Que seja morta, segundo a Lei das XII Tábuas, a criança monstruosa; II- Se o pai vendeu por três vezes o seu filho, que seja libertado do pai”. (Apud. LERIAS, 2005. Apêndices).

Na cultura oriental a posição da mulher não era diferente, pois se equiparava ao Ocidente e, as vezes, era muito pior. No contexto social indiano o pai deveria ter um filho varão; se por alguma razão isso não viesse a ocorrer tendo ele apenas filhas, era motivo de vergonha e discriminação. Entretanto, este problema era resolvido de acordo com as leis compiladas no Código de Manu (século II a.C.): “Art. 542. Aquele que não tem filho macho pode encarregar sua filha de maneira seguinte de criar um filho dizendo: que o filho macho que ela puser no mundo seja meu e cumpra em minha honra e cerimônia fúnebre”. (LÉRIAS, op.cit). Este filho tornava-se o primogênito, portanto irmão da mãe e passava a ser responsável pela divisão da herança quando da morte do avô.

Mas este expediente que choca até os dias de hoje a cultura Ocidental, não é o único e está longe de ser o mais horripilante, quando se analisa a prática do Sati, também na Índia. O Sati se processava quando da morte do marido, vale dizer, quando isso ocorria, a mulher era obrigada a imolar-se com ele: se fosse enterrado ela o seria também viva; se fosse cremado o mesmo acontecia. Este ritual foi proibido pelos

ingleses em 1829, mas continua ainda em algumas regiões deste país. (COMPARATO, 2006. p. 22).

Na China a sorte das mulheres não era diferente, pois era comum as mulheres camponesas chinesas não terem nome. A mãe de Mão Tse-tung não tinha nome e era conhecida apenas como a sétima irmã Wen, porquanto era a sétima filha do clã Wen. Além de sofrer a tortura para possuir os chamados “lírios dourados de três polegadas; isto é, os seus pés haviam sido comprimidos e amarrados desde crianças (HALLIDAY, CHANG, 2006. p. 20).

O mesmo ocorria no mundo islâmico com a utilização do véu e da burca dos talibãs, além da monstruosidade de excisão ao estirpar o clitóris da mesma. Há uma passagem no corão, no versículo 233, intitulado A Vaca, que estabelece que as “mulheres são vossos campos, penetraios, então, à vontade” (Apud. BURUMA; MARGALIT, 2006. p. 131) como se fosse uma permissão aos maridos que fizessem com as suas mulheres o que bem quisessem sexualmente.

É sabido que o direito das mulheres no Ocidente foi consubstanciado com a Revolução Francesa, século XVIII (26/08/1789). O que não quer dizer: posto em prática de fato, pois está infinitamente longe disso, mesmo porque os seus artigos só se referem aos homens e nunca às mulheres.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, conquanto em seu artigo primeiro esteja escrito: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (...), ele enseja uma pergunta, todos somos livres e iguais sob o ponto de vista de quem? A mesma indagação irá surgir em seu artigo 2º cada um pode se prevalecer de todos os direitos e de todas as liberdades (...) se nenhuma distinção de raça, cor, sexo, língua, religião... (...) (Apud. BRANDÃO, 2001. p 97 passim), sob a ótica de quem?

Os exemplos e críticas podem ser citados ‘*ad nauseum*’, porquanto a distância entre o discurso e a realidade é abissal. Veja-se senão.

As mulheres francesas começam a votar nos anos quarenta, depois das brasileiras que conseguem obter este direito com a constituinte de 1933. Enquanto na Suíça, país considerado mais avançado politicamente, apenas no ano de 1970, e até a pouco tempo, havia um Cantão no qual as mulheres não votavam, ainda.

Destarte, é bastante recente na história ocidental a ascensão da mulher enquanto realmente indivíduo sujeito. Pode-se dizer que isso começou em finais dos anos de 1960

com os movimentos feministas. Contudo, há que se ressaltar que neste movimento atinge apenas algumas democracias do Ocidente e, com restrições, haja vista no tocante aos empregos e salários.

No entanto, ainda no século XXI, a transformação da mulher em indivíduo sujeito é bastante lenta e difere de cultura para cultura, mesmo no Ocidente, mas em que pesem os avanços e recuos, conquistas há. Quiçá uma das maiores delas é a de decidir livremente ter ou não ter filhos, ou seja, terei filho, se eu quiser e quando quiser. Até muito pouco tempo o homem fazia o filho e ao qual ela dava o filho. Portanto, é na luta pela reivindicação de uma sexualidade independente das funções reprodutoras e de maternidade que as mulheres avançam ganhando espaço no mundo masculino. (TOURAINÉ. Op. Cit. P. 217).

Outrossim, há uma outra frente que a mulher no Ocidente tem se destacado no tocante à luta diante da imagem construída pela publicidade midiática, que procura transformá-la em uma mercadoria de consumo, o mito da sexy-símbol; outro expediente utilizado por aqueles que consideram ainda ser a sociedade humana propriedade do macho.

b) O racismo

Outra face produzida pela metamorfose do especismo estão outras formas de discriminação; isso quer em nome da prática de eugenia germânica com o mito da raça pura; quer também em nome de uma eugenia seletiva em busca de marginalizar socialmente as minorias, gays, lésbicas, indígenas, grupos étnicos etc; quer também em nome de uma eugenia seletiva biológica em busca de coibir a transmissão hereditária daqueles considerados anormais, o que ocorreu nos E.U.A., nos anos de 1920, ocasião em mais de 60 mil indivíduos foram esterilizados compulsoriamente por apresentarem sintomas de insanidade ou retardo mental. (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996, p. 289).

Dada a dimensão e complexidade temática o enfoque desta parte do artigo irá se restringir à questão específica do racismo em especial no Brasil, diante do desrespeito de parte da sociedade e de parte das autoridades que a compõe, no que tange a omissão por parte delas dos direitos humanos já consagrados, pelo menos do ponto de vista dos discursos.

Quando se busca as raízes históricas do racismo notamos serem elas consideradas de matiz religiosa, mais especificamente de cunho teológico hebraico cristão.

Sabe-se que a partir da sedentarização, paulatina dos agrupamentos humanos com a Revolução Agrícola, grosso modo, por volta do décimo milênio antes de cristo, alguns deles começaram a se especializar no plantio de determinados gêneros alimentícios: trigo, cevada, aveia, grão-de-bico, cana-de-açúcar, dentre outros. Surgindo daí a premência por força matriz para fazer mover os instrumentos agrícolas de então. Para tanto, animais foram domesticados eqüinos, bovinos, muares, etc. Mas nos lugares em que estes animais não existiam o expediente utilizado foi a substituição deles por seres humanos. Pode-se afirmar em rápidas palavras que Revolução Agrícola e escravidão são sinônimos.

Fizeram uso dela as grandes “civilizações” da antiguidade como a sumeriano, a egípcia, a babilônica, a grega, a romana, dentre outras.

Entretanto, os gregos foram, ao que se sabe, os precursores no sentido de justificar a existência de homens livres e escravos, aos quais denominavam *aschalóis*, ou seja, aqueles que não tinham tempo livre. Para eles, a maior responsável pela existência de homens livres (cidadãos) e de escravos (bárbaros) era a natureza, pois ela havia criado o cidadão para pensar e o bárbaro para trabalhar. Disso decorreu a aversão do grego pelo trabalho manual, mecânico, dando nome de *banausia* a esta prática, isto é, ocupação banal. Conquanto, os gregos atribuíssem a existência da escravidão a um capricho da natureza, eles não eram racistas, no sentido que conhecemos hoje. Ao se referirem aos africanos eles utilizavam do termo etíope, aquele que tem pele escura.

Os romanos também utilizavam em larga escala da mão-de-obra escrava, sobretudo, por intermédio da guerra. Para eles o que justifica a escravidão residia no fato da lei facultar-lhes a propriedade de um homem sobre outro homem. É interessante observar que entre os romanos havia os *vicarius*, ou seja, escravo proprietário de escravo.

O que se quer demonstrar aqui é que escravidão não significava cor de pele, pois a própria palavra inglesa para escravo, “*slaves*”, quer dizer eslavos, pois o grande problema causador da morte de milhões de seres humanos, surge a partir do momento em que a escravidão humana passa a ser sinônimo de cor, ou seja, a cor negra africana. É assaz sabido que os grupos étnicos africanos praticavam a escravidão da mesma forma que os demais povos, conforme os citados. Todavia, quais as razões que levaram a escravidão africana a tornar-se, infelizmente, a chaga do racismo?

O racismo personificado na cor da pele tem a sua gênese atribuída ao pensamento hebraico-cristão, conforme pode-se inferir da passagem que se segue:

Especulação rabínica iniciada no século VI d.C. procuraram explicar por que alguns dos descendentes de cão adquiriram uma pele negra sugerindo outra maldição anterior, mas sem ligá-los explicitamente a escravidão. Assim no Talmud babilônico (...) há uma história sobre como o cão ficou negro porque como o corvo e o cão copularam na Arca violando assim a determinação de abstinência feita por Noé, esta história poderia ligar o cão e sua desistência à cor da pele, mas podem ser feitas outras interpretações e a história não menciona a escravidão. O Talmude de Jerusalém contém considerações sobre o fato de que o cão, saiu da Arca, estará da cor do carvão e o... Rabbah diz que a semente de cão ficou escura. (Apud. BLACKBURN, 2003. p. 89)

O extrato não afirma categoricamente existir uma ligação direta entre cor de pele negra e a escravidão, mas sub-repticiamente permite ilações neste sentido.

Já os cristãos latinos equiparavam frequentemente a cor negra com o diabo, ao pecado e à licenciosidade sexual, e procuraram demonstrar que o calor dos trópicos degrada seus habitantes. (BLACKBURN, op.cit. p. 91)

Evidentemente que as considerações feitas não são suficientes para afirmar que o discurso fundador do racismo é só de origem teológica hebraico-cristã, mesmo porque foram inúmeros os fatores que engendraram a escravidão moderna, de acordo com o estudo de autores já consagrados pela historiografia. (BOXER, 1969, COOPE, HOLT, SCOTT, 2005, WILLIAMS, 1975), dentre outros. Sabe-se que a escravidão moderna africana serviu de locomotiva para a acumulação capitalista européia e com ela a Revolução Industrial.

Criou-se justificativas de toda ordem para manter o africano sob o acicate do escravismo. Uma delas de origem teológica dizia que os indivíduos provenientes da África não tinham alma. Outra, de cunho biológico era a inferioridade racial do africano diante dos brancos. Dentre outras, a teoria do clima chama a atenção, isto porque, segundo ela, a escravidão, a poligamia e o despotismo, resultam a apatia geral dos habitantes de climas quentes, pois o calor provocava o relaxamento das fibras nervosas.

Todas essas justificativas, muitas buscando escorarem-se no cientificismo, a exemplo de Jorge Luis Leclerc Buffon (1707-1788) que afirmava em sua História Natural, que os efeitos do cruzamento entre cavalo e asno, dava origem ao mulo, incapaz de se reproduzir, assim sendo, a palavra mulato é derivada de mulo e, a miscigenação do branco com o negro, raças puras, segundo ele, geraria igualmente um indivíduo híbrido, portanto estéril, iam construindo, paulatinamente, o discurso racista. (VENTURA, op. cit. p.57)

Existia e ainda existe uma visão mítico-ideológica que os portugueses não eram racistas, porquanto miscigenavam-se mais facilmente que os outros europeus. A passagem que se segue desconstrói cabalmente este discurso:

Não faltam eminentes autoridades contemporâneas que afirmam que os Portugueses (sic) nunca tiveram quaisquer preconceitos raciais (...). O que essas autoridades não explicaram e a razão pela qual, nesse caso os portugueses, durante séculos puseram uma tal tônica no conceito de limpeza ou pureza de sangue, não apenas de um ponto de vista classista mas também de um ponto de vista racial, nem a razão por que expressões raças infectas se encontram com tanta frequência em documentos oficiais e na correspondência privada até o último quartel do século XVIII. (BOXER, op.cit. p. 279)

São incontáveis os exemplos, mas um deles é emblemático e sugere reflexões porque partiu do considerado primeiro historiador brasileiro, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-78), também conhecido por Heródoto brasileiro, autor de “A História Geral do Brasil”. Além de ser um grande defensor da Dinastia dos Braganças, Varnhagen foi um dos criadores da teoria do branqueamento, vale dizer que o grande problema sócio-econômico-cultural advinha da miscigenação da tríade: branco, índio e negro, sendo que a saída para isso era uma questão de tempo, pois a cor branca iria acabar sendo preponderante diante das demais (REIS, 1999, p. 23 et passim).

Outro que corrobora com o exposto ocorreu quando da permanência no Brasil da Família Real Portuguesa (1808 – 1821). Ao se compor as tropas e milícias da Capitania do Rio Grande do Sul, por ordem do Príncipe Regente D. João, assim ficou determinado: “todos os milicianos serão tirados da classe dos brancos, e serão reputados como tais aqueles cujos bisavós não tiverem sido pretos, e cujos pais tenham nascido livres”. (ALVES, 2005. p. 83)

É no mínimo instigante observar, que após a emancipação política do Brasil, nossas elites deixaram de se referir à teoria do branqueamento, quiçá por que a maioria que a compõe tem no sangue a miscigenação com os afros.

Todavia, isso não quer dizer que não haja racismo no Brasil destoando por completo da tese da Democracia Racial de Gilberto Freyre.

Conquanto Freyre tenha trazido incomensuráveis contribuições para com a cultura brasileira, como atestam: Casa-grande e Senzala (1933), Sobrados e Mucambos (1936), Ordem e progresso (1959), somando às quais o rompimento no plano teórico do paradigma racista de matiz biológica, graças aos ensinamentos que ela adquiriu de Franz Boas, para o de teor cultural, ou seja, os indígenas e africanos não eram inferiores biologicamente, mas sim marginalizados culturalmente por não poderem ter acesso à

educação destinada aos brancos, tudo isso não consegue explicar a exclusão da grande maioria dos miscigenados em todos os planos.

Alguns dados recentes sobre os desrespeitos aos direitos humanos e constitucionais são alarmantes, porquanto a desigualdade tem natureza racial:

O analfabetismo em 1997 era de 9% entre os brancos e de 22% entre negros e pardos, os brancos tinham 6,3 anos de escolaridade, os negros e pardos 4,3, entre os brancos, 33,6% ganhavam até um salário mínimo, entre os negros, 58% estavam nesta situação e 61,5% entre os pardos. A renda média dos brancos era de 4,9 salários mínimos, a dos negros, 2,4, e a dos pardos, 2,2. (CARVALHO, 2001. P. 208).

Em que pese o fato destes dados terem sido coletados há uma década, em que pesem as políticas assistencialistas de governos passados e presentes, sabe-se que muito pouca coisa mudou no Brasil no tocante à exclusão, haja vista os noticiários que permeiam a mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal escopo do presente artigo foi tentar demonstrar a necessidade de inter-relação entre ética, moral, ciência e direitos humanos em um sentido interdisciplinar e multidisciplinar, sem omitir o campo vertical do conhecimento que dá especificidade a cada uma destas palavras, conquanto sejam por excelência polissêmicas. Necessário se faz, portanto, quando se busca a compreensão e a dimensão que congregam cada um destes termos acrescentar um outro, horizontalização. Horizontalização da especificidade de cada área do conhecimento, buscando com isto contextualizar as ações humanas em um imenso complexo que convencionou-se denominar natureza em seu sentido mais amplo. Diante do efeito estufa, do ecocídio, da violência das mutações climatológicas é chegado o momento de os seres humanos repensarem “*in totum*” o que pensam que sabem.

Em uma primeira instância discutiu-se a ética e a moral, suas aproximações e distanciamentos em que pese a sinonímia histórico-cultural destas palavras de etimologia grega e romana. Ressaltou-se que cada momento histórico engendra os seus valores e suas regras de conduta, transformando-os em paradigmas que se pretendem eternos. Mas que ao passar do tempo vão sendo substituídos por outros valores e regras de conduta, que também buscam a eternidade. Sabe-se que nenhum paradigma consegue substituir totalmente aquele a que veio substituir. Nos dias coevos convivem valores e condutas milenares com outros que nascem sem se conseguir compreendê-las de

maneira plausível. A escravidão humana em suas novas formas, campeia a mídia em todo mundo; a violência contra a mulher também. Os genocídios não são coisas do passado. E, no entanto nunca se discutiu tanto o sentido da ética e da moral.

Num segundo momento objetivou-se debater o impacto do conhecimento sobre a realidade vivida, tanto a social como aquela que compreende a natureza.

Ipsa facto, esta interferência do homem por intermédio da ciência, da tecnologia e de todas as formas convencionadas científicas, acabou gerando conseqüências negativas tanto para o homem, quanto para a natureza, da qual ele tanto depende. Isto porque, aquilo que se convencionou chamar ciência, acabou por desprezar, ou mesmo omitir, práticas de conhecimentos milenares, muito anteriores à febre tecnológica com todas as suas pretensões de verdades absolutas, mas que ainda conseguem preservar o meio ambiente, represando de alguma forma o ecocídio. Edgar Morin disse certa feita que o “conhecimento humanístico” nem sempre conseguia dar respostas a todos os problemas que se lhe apresentaram; diferentemente do conhecimento técnico-científico que, no mais das vezes, consegue, mas não sabe o que fazer com as respostas. A interferência humana na natureza o comparava haja vista a doença das vacas loucas.

O especismo cultuado milenarmente pelo homem tem que ser revisto, mesmo porque, quer se queira ou não ele é antes de mais nada um animal e, ao que tudo indica, desviante da natureza. Parafraseando John Gray o homem tem de deixar de lado os seus erros cometidos em relação à natureza e aceitar que a sua existência enquanto espécie é um acidente.

Por fim analisou-se, em grandes linhas o sexismo e o racismo, como decorrentes do especismo na medida em que as atitudes adotadas pelo homem diante dos animais ditos irracionais, nada diferem daqueles em relação ao gênero que lhe completa e torna possível a sua reprodução e àqueles considerados diferentes por ele.

O sexismo, isto é, a tentativa de submeter a mulher ao total controle exercido pelo homem em todos os sentidos, fez da lustona do gênero feminino, com raríssimas exceções, em verdadeiro circo dos horrores. Grande parte das culturas antigas transformou as mulheres em simples instrumentos falantes; sem desejos, vontades ou direitos.

Como ficou demonstrado, uma das principais referências da cultura ocidental, a grega, tratava a mulher da mesma forma que tratava o escravo, pois, como se sabe, a mulher entre os gregos não era considerada cidadã era comum a prática de atima em relação a ela, ou seja, a perda do direito de aparecer em público.

Não foi diferente na cultura romana e, muito menos, no medievo, período em que os próprios maridos entregavam as mulheres à Inquisição, acusando-as de bruxaria, porque sentiam orgasmo.

Registrou-se, outrossim, que muito embora os direitos das mulheres tenham surgidos com a declaração dos direitos humanos da Revolução Francesa, estes permaneceram no plano do discurso. E quando se analisa da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, em nenhum de seus artigos aparece a palavra mulher.

Portanto, em que pese o fato de a mulher ocidental não ter sofrido os horrores do Sati, da Índia; de não poder ter sequer um nome e ser obrigada ao enfaixamento dos pés na China; de ser obrigada à excisão no mundo árabe; isto não quer dizer de forma alguma que ela não foi e é discriminada, a começar pela exploração sexual, bem como, pelo padrão eugênico imposto pela indústria da beleza, causando bulimias e anorexias, chegando mesmo àquelas que contraem estas doenças, terem problemas de ordem psíquica ou chegando mesmo à morte.

O racismo, outra derivação do especismo pode ser considerado um dos maiores males que assolam a sociedade coeva. Procurou-se demonstrar que ele não deve ser vinculado apenas à escravidão, na medida em que esta é muito anterior a ele. Discorreu-se sobre as raízes desta e sua prática nas civilizações antigas, ficando claro que nelas não havia a discriminação decorrente da cor da pele e sua ligação, segundo estudos renomados, à teologia hebraico-cristã.

Entretanto, foi com a escravidão moderna assentada nas etnias africanas que o racismo tornou a forma que se conhece hoje; período em que teologia e ciência aliaram-se para tentar dar sustentação à superioridade do homem branco e com ela a busca, a qualquer preço, de justificar todos os tipos de discriminação e atrocidades contra os indivíduos afros, negando-lhes as conquistas mais elementares dos direitos humanos.

Discutiu-se sobre o racismo no Brasil e os expedientes utilizados com o intuito de tentar amenizá-lo, pelo menos no plano do discurso, pois a realidade registrada pelas pesquisas recentes ressalta o nível de discriminação racial que permeia a sociedade brasileira, a exemplo da porcentagem de acesso dos indivíduos de origem afro, muito menor do que a dos brancos no que se refere à educação e ao trabalho.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALVES, José Augusto Lindgren. Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno, 1492 – 1800. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BOFF, Leonardo. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOXER, C.R. O império colonial português. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa. Edições 70, 1969.
- BRANDÃO, Adelino. Os direitos humanos: Antologia de textos históricos. São Paulo: Landy, 2001.
- BURKE, James; ORNSTEIN, Robert. O presente do fazedor de machados: os dois gumes da história da cultura humana. Tradução de Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.
- BURUMA, Ian; MARGALIT, Avishai. Ocidentalismo: O Ocidente aos olhos dos inimigos. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editos, 2006
- CANETTI, Elias. Massa e poder. Tradução de Rodolfo Krestan. São Paulo: Melhoramentos, Brasília; UNB, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 6
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. As novas ciências e as humanidades: da academia à política. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Bontempo, 2006
- COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. SCOTT, Rebeca. Além da escravidão: investigação sobre a e raça trabalho em sociedade pós-emancipação. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- DIAMOND, Jared. Colapso: como as sociedades escolheram o fracasso ou sucesso. Tradução de Alexandre Raposo. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2005.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo. UNESP, 2006.

DURAND, Will. A história da civilização: nossa herança oriental. V.1. Tradução de Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Record, s/d.

EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FERNANDES – ARMESTO, Felipe. Então você pensa que é humano: uma breve história da humanidade. Tradução de Rosaura Erchemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FIGUEIREDO, Carlos. Discursos históricos. 5. ed. Belo Horizonte: Leitura, 2002.

FONTANA, Josep. História: análise do passado e projeto social Tradução de Luis Roncaria, Bauru, SP: EDUSC, 1998.

GARCIA, Regina Leite. (org). Método; métodos; contramétodo. São Paulo: Cortez, 2003.

GAUER, Ruth M. Chitto (org) A qualidade do tempo: para além das aparências históricas. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2004.

GRAY, John. Cachorros de palha: reflexões sobre os humanos e outros animais. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2005

Grega que era totalmente contrária ao encorajamento do desejo de acumulação material. (LEVY, p. 106).

HALLIDAY, Jon, CHANG, Jung, Mão: a história desconhecida. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

LEE, Rupert, Eureka!: 100 grandes descobertas científicas do século XX. Tradução de Gildarte Giambastiam da Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LERIAS, Reinéro Antonio. Uma leitura do direito antigo na história. Mimeografado, 2005.

LEVY, Nelson. Ética e história. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2004.

MORIN, Edgar. O método: ética. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre. Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. O método: ética. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre. Sulina, 2005.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 1996.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999

ROSA, Luiz Pinguelli. Tecnociências e humanidades; novos paradigmas velhas questões. São Paulo: Paz e Tessa, 2005.

SAINT- SERNIN Bertrand. A razão no século XX. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro. José Olympio; Brasília DF: UNB, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Bontempo, 2007.

SINGER, Peter. Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Rio de Janeiro. Ediouro, 2002.

TARNAS, Richard. A epopéia do pensamento ocidental. Tradução de Beatriz Sidou. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1999.

TARNAS, Richard. A epopéia do pensamento ocidental. Tradução de Beatriz Sidou. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1999.

TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje. Tradução de Gentil Avelino Filho. Petrópolis. RJ: Vozes, 2006.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1876-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1941.

VERNANT, Jean-Pierre. O homem grego. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1994);

VERNANT, Jean-Pierre. O homem grego. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1994);

WAAL, Franz de. Eu, primata: por que somos como somos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 2007.

WHITE, Miguel. Rivalidades produtivas; disputas e brigas que impulsionaram a ciência e a tecnologia. Tradução de Aloísio Pena da Costa. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WILLIMS, Eric. Capitalismo e escravidão. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro. Americana, 1975.